

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARTE 3



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS – PR



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

www.liderengenharia.eng.br
contato@liderengenharia.eng.br



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS - PR

**2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
PARTE 3**

LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES - LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS – PR

FÁBIO ROBERTO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL



EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES - LTDA

CNPJ: 23.146.943/0001-22

Avenida Antônio Diederichsen, nº 400 – sala 1203.

CEP 14020-250 – Ribeirão Preto/SP

www.liderengenharia.eng.br



EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA – SC 99639-2

Osmani Vicente Jr.

Arquiteto e Urbanista
CAU A23196-7
Especialista em Gestão Ambiental para
Municípios

Juliano Mauricio da Silva

Engenheiro Civil
CREA/PR 117165-D

Roney Felipe Moratto

Geógrafo
CREA /PR 149.021/D

Carmen Cecília Marques Minardi

Economista
CORECON SP 36677

Daniel Ferreira de Castro Furtado

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 118987-6

Lara Ricardo da Silva Pereira

Arquiteta e Urbanista
CAU: 177264-3

Paula Evaristo dos Reis de Barros

Advogada
OAB/MG 107.935

Lucas Augusto F. Bortoluci

Arquiteto e Urbanista
CAU/SP 256028-3

Silas Henrique de Aguiar

Arquiteto e Urbanista

Isabella Fernandes de Souza Tsuji

Arquiteta e Urbanista
CAU/SP 249264-4

Katiane Neiva Pontes de Souza

Engenheira Ambiental
CREA/SP 5070648215

Carolina Bavia Ferruccio Bandolin

Assistente Social
CRESS/PR 10.952

Juliano Yamada Rovigati

Geólogo
CREA/PR 109.137/D

Daniel Mazzini Ferreira Vianna

Arquiteto e Urbanista
CAU 89.230-0

Willian de Melo Machado

Analista de Sistemas

Paulo Guilherme Fuchs

Administrador
CRA/SC 21705



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Decreto nº 246 de 18 de agosto de 2021

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

- a) Engenheiro Civil: Everton Tiago Pinto - Coordenador da Equipe.
- b) Secretário de Planejamento, Obras e Serviços Públicos: Taiana Paula Honetta.
- c) Oficial Habitacional: Emerson Nairnei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

- a) Secretário de Agricultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico: Jair Muller.
- b) Engenheiro Agrícola: Péterson Vinicius Pramiu,

SECRETARIA DE FINANÇAS:

- a) Secretário de finanças: Sandro Veroneze
- b) Técnico em Contabilidade: Gerson Silva
- c) Auditora Fiscal: Vanessa Elaine Zankanol

SECRETARIA DE ADMINTSTRAÇÃO:

- a) Secretária de Administração: Emerenciane Mendes
- b) Procurador Jurídico: Samuel de Lima

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

- a) Secretária de Educação: Angelita Fiori
- b) Professora: Silvia Regiane Vorges

SECRETARIA DE SAÚDE:

- a) Secretária de Saúde: Juceli Carmen Brugnerotto Balbinoti
- b) Enfermeira: Sarah Nayane da Rosa

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) Secretário de Assistência Social: Francisco Altair Fernandes
- b) Assistente Social: Raquel Bones dos Reis



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA	10
1.1. SISTEMA VIÁRIO	10
1.2. MOBILIDADE, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES	12
2. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO	12
2.1. RECEITAS FINANCEIRAS	13
2.2. REPASSES FINANCEIROS	16
2.3. DESPESAS FINANCEIRAS	17
2.4. DESPESAS POR FUNÇÃO	18
2.5. INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS.....	20
3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES	23
4. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	25
5. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	28



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de acessos de Nova Laranjeiras/PR.	11
---	----



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Receita Municipal (Valores R\$) em 2020.....	13
Tabela 2 – Receita Total Líquida (Valores em R\$) em 2020.	13
Tabela 3 – Composição da Receita Corrente (em R\$) em 2020.	15
Tabela 4 – Receitas próprias e tributárias (em R\$) – Valores nominais.	15
Tabela 5 – Receita Tributária x Receita Corrente (Valores em R\$).....	16
Tabela 6 – Repasses de Receitas Federais (em R\$) – Valores nominais.	16
Tabela 7 – Repasses de Receitas Estaduais (em R\$) – Valores nominais.	17
Tabela 8 – Participação da Despesa Corrente e de Capital em relação à Despesa Orçamentária (em R\$) – Valores nominais.....	18
Tabela 9 – Gastos com Pessoal x Receitas e Despesas Totais.	18
Tabela 10 – Despesas municipais por função.	19
Tabela 11 – Despesa e Receita (Valores em R\$).	20
Tabela 12 – Indicador de Esforço Tributário (Valores em R\$).	21
Tabela 13 – Indicador de Dependência (Valores em R\$).....	21
Tabela 14 – Indicador de Financiamentos dos Gastos (Valores em R\$).....	22
Tabela 15 – Indicador de Poupança (Valores em R\$).	22
Tabela 16 – Tributos Municipais na Receita Corrente (Valores em R\$).....	23



INTRODUÇÃO

Este documento consiste na avaliação técnica das condições gerais de acessibilidade e mobilidade da área urbana considerando a adequação do sistema viário básico, deslocamento individual não motorizado e do deslocamento motorizado de cargas e serviços. Estas análises consideram as necessidades de circulação da população entre áreas residenciais, principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho. Além de observar o acesso ao transporte, trabalho e serviços públicos e lazer.

É contemplado ainda a avaliação da capacidade de investimento atual e futuro do município, visando a implementação de um Plano de Ação e Investimentos, e a estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes relacionados, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento urbano.

Por fim, este apresenta a síntese da Análise Temática Integrada considerando todos os aspectos trabalhados nas Partes 1, 2 e 3 e objetivando a definição dos Objetivos para o Desenvolvimento Municipal (também presente neste relatório).



1. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA

A NBR 9050 é a norma que define os aspectos ligados à acessibilidade no meio urbano, parâmetros técnicos ligados ao projeto, construção e adaptação, visando o acesso aos equipamentos urbanos independentemente da idade, estatura ou limitação de mobilidade, além da utilização desses de forma segura. Sendo assim, o Município possui algumas edificações que seguem esses padrões, principalmente novas construções e as que passaram por reformas recentemente, contudo ainda há a necessidade de fiscalização para que toda e qualquer nova edificação e reforma, garanta as premissas da NBR.

1.1. SISTEMA VIÁRIO

Segundo o Ministério das Cidades, o sistema viário é o espaço público por onde as pessoas circulam, a pé ou com auxílio de algum veículo (motorizado ou não), articulando, no espaço, todas as atividades humanas intra e interurbanas, sendo essa uma importante infraestrutura para o desenvolvimento das relações de circulação de pessoas e produtos em uma cidade.

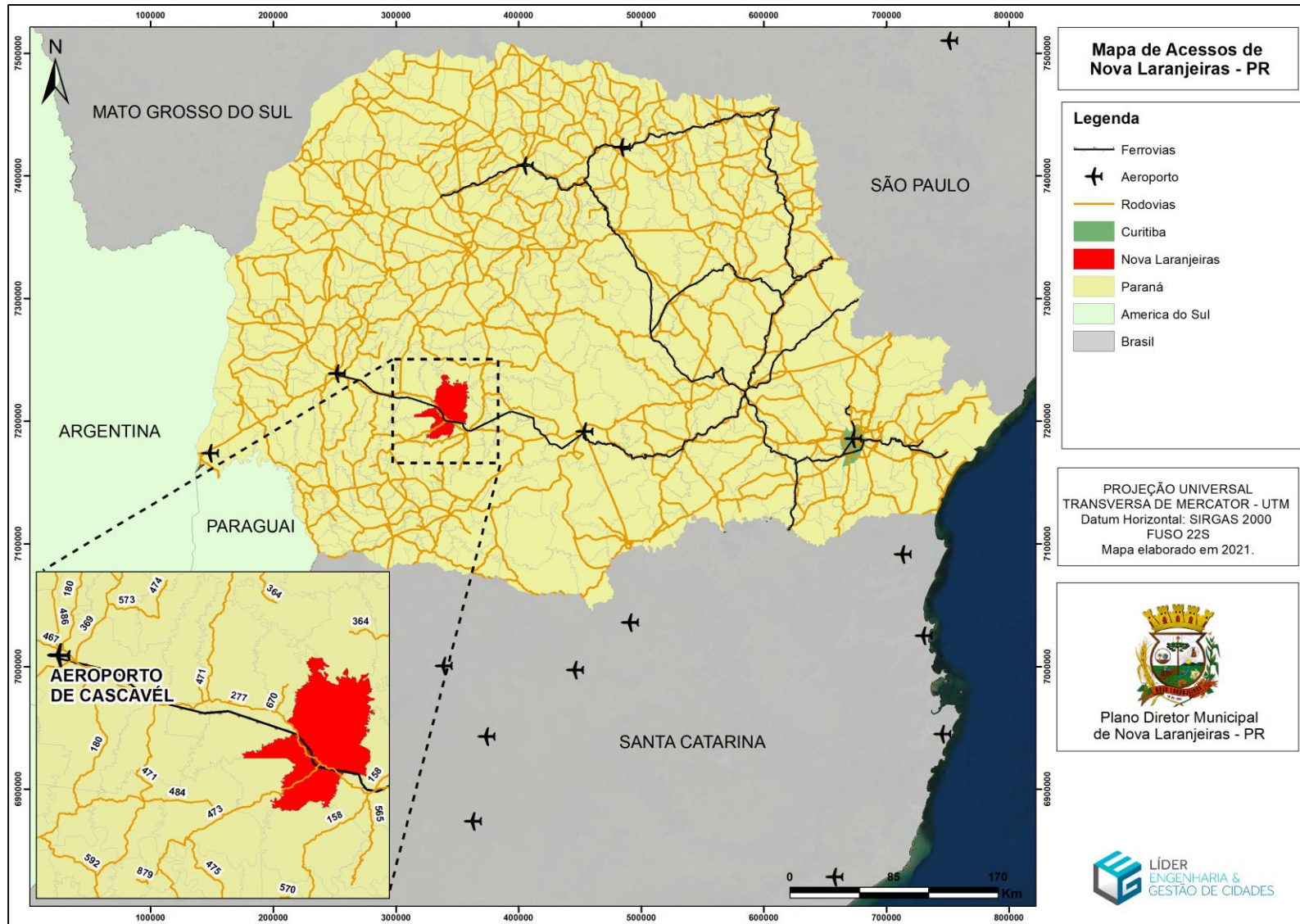
O principal acesso à Nova Laranjeiras ocorre pela rodovia BR-277 que faz a ligação de Guarapuava a Cascavel e corta a malha urbana. O acesso secundário ocorre pela PR-473 a sul, fazendo a ligação com Quedas do Iguaçu.

Com relação ao estado de conservação das vias urbanas do município de Nova Laranjeiras, elas se encontram, em sua maioria, com algum tipo de pavimentação, porém, o estado de conservação de algumas não é tão bom, já que existem deficiências de drenagem e da má qualidade asfáltica. Além disso, existem problemas relacionados à sinalização e demandas para padronização das calçadas e implantação de ciclovias.

Já as estradas rurais, assim como as urbanas, necessitam de readequação viária, de sentido e perfil das vias. O mapa a seguir apresenta as vias de acesso do Município.



Figura 1 – Mapa de acessos de Nova Laranjeiras/PR.



Fonte: DER/PR, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.



1.2. MOBILIDADE, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES

As questões de mobilidade urbana do Município não são ideais pois, apesar da maior parte das calçadas serem pavimentadas, não existe regulamentação nem fiscalização quanto à qualidade da acessibilidade, além de não possuir padronização.

2. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO

A análise da capacidade de investimento do Município abrange o diagnóstico da situação fiscal e financeira, a identificação dos responsáveis pela geração de riqueza do Município, fontes de financiamento próprias e nível de arrecadação tributária municipal, potencialidades de receitas não ou pouco exploradas, fatores limitadores na arrecadação de receitas municipais e o exame dos mecanismos complementares de financiamento e sua possibilidade de uso com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As finanças públicas abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

Conceitualmente as receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do Município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas indicando uma constante restrição orçamentária. Por isso o gestor público deve ter os devidos cuidados na administração dos recursos no sentido de alocá-los da maneira mais justa e racional possível.



2.1. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras públicas são classificadas em categorias econômicas de acordo com sua perenidade: receitas correntes e de capital. As primeiras são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não-duradouro, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes. A receita de capital são as que alteram o patrimônio duradouro do estado, aquelas de captação externa de recursos: constituição de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos, reservas, e transferências de capital. (BRASIL, 2015).

Em Nova Laranjeiras, como na maioria dos municípios brasileiros, a receita é composta, fundamentalmente, por receitas correntes que exercem grande influência na arrecadação. No período de 2020, a receita corrente teve participação de 88,41% (R\$ 40.349.462,45) em relação a receita total bruta (R\$ 45.637.010,47). A receita de capital representou apenas 11,59% (R\$ 5.287.548,02) da receita total bruta, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 1 – Receita Municipal (Valores R\$) em 2020.

Ano	Receita Corrente	%	Receita de Capital	%	Receita Total Bruta	%
2020	40.349.462,45	88,41	5.287.548,02	11,59	45.637.010,47	100%

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

Salienta-se que a informação contém o somatório das Receitas Correntes em conjunto com as Receitas Correntes INTRAORÇAMENTÁRIAS – Consolidada (Prefeitura + Autarquia – Instituto de Previdência).

A partir das deduções na receita corrente, provenientes da formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem-se a Receita Corrente Líquida, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 2 – Receita Total Líquida (Valores em R\$) em 2020.

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Receita Total Líquida
2020	40.349.462,45	4.744.903,61	35.604.558,84	35.604.558,81

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.



- Transferências Constitucionais

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e Municípios. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. (BRASIL, 2018).

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas no art. 159 da Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE; o Fundo de Participação dos Municípios - FPM; o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

No que se refere às Transferências Constitucionais Estaduais aponta-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O art. 161 da Constituição Federal estabelece que ao Tribunal de Contas da União compete calcular e fixar os coeficientes de participação na distribuição de recursos das referidas repartições tributárias. Compete ainda ao TCU, fiscalizar a entrega dos recursos aos beneficiários e acompanhar junto aos órgãos competentes da União a classificação das receitas que dão origem às repartições.

- Composição da Receita Corrente

A receita corrente é composta por diversos tipos de receitas, sendo as mais significativas as transferências constitucionais federais e estaduais e as receitas tributárias.

A principal fonte de receita são as transferências de receitas correntes que somam 89,08% do total, seguidas da receita tributária (9,62%). Desta forma, por apresentar uma porcentagem parecida em outros tipos de receita, Nova Laranjeiras



tem certa dependência de transferências constitucionais, sendo dependente do estado ou da união.

Tabela 3 – Composição da Receita Corrente (em R\$) em 2020.

Origem da Receita	2020
Patrimonial	81.545,57
Tributária	3.426.911,74
Transf. Receitas Correntes	31.715.480,94
Demais Receitas Correntes	380.620,59
Total Receitas Correntes	35.604.558,84

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2021.

- Receitas Tributárias e Receitas Próprias

Em relação à arrecadação de tributos municipais, podem ser impostos, taxas ou contribuições de melhorias, incluindo nessa pauta uma variedade de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), que compete aos Municípios em administrar a arrecadação.

Destes, os impostos municipais são os maiores arrecadadores, somando R\$ 2.815.270,05 que corresponde a 7,9% do total das receitas correntes. Em específico o ISSQN e o ITBI são os principais impostos da arrecadação própria do Município. A participação percentual de tributos municipais na Receita Corrente fica assim distribuída: 19,45% de IPTU, 61,81% de ISSQN, 28,69% de ITBI, e 1,19% de Taxas, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Receitas próprias e tributárias (em R\$) – Valores nominais.

Receita Municipal	Valor (2020)	Participação percentual na Receita Corrente (%)
IPTU	234.088,18	8,31%
ISSQN	1.740.259,38	61,81%
ITBI	807.696,11	28,69%
TAXAS	33.226,38	1,19%
Contribuição de Melhoria	0,00	0
Total	2.815.270,05	100%

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2021.



- Receita Corrente e Receita Tributária

A Receita Tributária equivale a 8,49% da Receita Corrente, ou seja, R\$ 3.426.911,74, dentro do período de análise. Com esses dados, recomenda-se ao executivo buscar estratégias e mecanismos de atualização fiscal de modo a melhorar os índices de arrecadação, uma vez que podem inviabilizar os investimentos futuros pelos baixos valores oriundos da receita tributária.

A capacidade contributiva da população representada nos tributos poderá ser revista pelos processos de modernização na estrutura municipal, atualização da planta genérica de valores e também com a adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

Tabela 5 – Receita Tributária x Receita Corrente (Valores em R\$).

Ano	Receita Tributária	Receita Corrente	% Indicador (A: B). 100
2020	3.426.911,74	40.349.462,45	8,49

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

2.2. REPASSES FINANCEIROS

- Transferências Constitucionais do Governo Federal

Em relação aos repasses do Governo Federal para o Município, o FPM é a principal fonte de recursos do Governo Federal, apontando a participação de 75,33% do total dos repasses federais no período de análise.

Em relação ao FUNDEF/FUNDEB, segundo maior repasse do governo federal, mostrou a participação de 21,48% do total dos repasses federais no período de análise.

Tabela 6 – Repasses de Receitas Federais (em R\$) – Valores nominais.

Especificação	
FPM	12.816.425,64
ITR	526.412,92
LC 87/96	0,00
CIDE	14.771,60
FEX	0,00
FUNDEF/FUNDEB	3.654.644,74
Total	17.012.254,90

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.



- Transferências Constitucionais do Governo Estadual

O ICMS, que se refere ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Esses dados refletem a evolução da economia local e também a diminuição da inadimplência. Do produto da arrecadação dos impostos de competência do Estado, parte substancial destina-se, constitucionalmente, aos Municípios.

Denominam-se “Transferências Constitucionais” as parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, por disposição constitucional.

Em relação ao total das transferências correntes, o ICMS (repasso líquido) é a principal fonte de recursos do governo estadual. No Município de Nova Laranjeiras a participação do ICMS líquido em relação ao repasse total do Estado alcançou 88,57% no período analisado.

O IPVA não é um fator relevante em termos de transferência do estado para grande parte dos Municípios. No Município de Nova Laranjeiras tem baixa representatividade financeira, perfazendo 9,96% do repasse total do estado no período analisado.

A participação absoluta do ICMS para as receitas também confirma a dependência financeira nessa linha de transferência como fonte indispensável para as atividades da Administração Pública. Essa participação somada às transferências do FPM pelo Governo Federal se transforma em uma dependência muito grande em face de baixa arrecadação própria.

Tabela 7 – Repasses de Receitas Estaduais (em R\$) – Valores nominais.

Ano	ICMS ¹		Fundo de Exportação ²	Royalties Petróleo	IPVA ³	Total Repasse Líquido
	Repasso Bruto	Repasso Líquido				
2020	10.341.677,97	8.273.342,57	135.126,31	1.897,70	930.357,56	9.340.724,14

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

2.3. DESPESAS FINANCEIRAS

1 ICMS - valor referente à cota-parte do ICMS aplicada sobre o Índice de Participação do Município. Valor Líquido já deduzidos 15% para o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, e eventuais valores dados como garantia.

2 Fundo de Exportação - cota parte do imposto (ICMS) sobre produtos industrializados de Estados exportadores. Valor divulgado corresponde ao valor líquido, já descontados FUNDEF e PASEP.

3 IPVA - Repasse correspondente aos veículos licenciados no Município. Não se fundamenta no Índice do FPM



As despesas públicas financeiras são aquelas relacionadas com os gastos orçamentários e licitatórios realizados pela administração pública com vista ao atendimento das necessidades da sociedade em geral.

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o Município depende de receita financeira para uso conforme os limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção e etc.

A composição das despesas do Município, também tendo como base o período de 2020, é composta por uma Despesa Total de R\$ 36.582.404,83, dividida em Despesa Corrente de R\$ 26.623.517,01 e Despesa de Capital de R\$ 9.958.887,82, o que corresponde a 72,77% e 27,23% da Despesa Total, respectivamente.

Tabela 8 – Participação da Despesa Corrente e de Capital em relação à Despesa Orçamentária (em R\$) – Valores nominais.

Ano	Despesa Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Total	%
2020	26.623.517,01	72,77	9.958.887,82	27,23	36.582.404,83	100

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

As despesas correntes se desdobram em despesas com pessoal e encargos; juros e encargos da dívida; e outras despesas correntes.

De acordo com os números apontados nas tabelas a seguir, os indicadores encontrados na proporcionalidade entre receitas e despesas revelam o significativo peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre a receita.

Tabela 9 – Gastos com Pessoal x Receitas e Despesas Totais.

Ano	Despesa com	Receita		Despesa	
	Pessoal	Total	Corrente Líquida	Total	Corrente
2020	16.707.564,53	40.349.462,45	35.604.558,84	36.582.404,83	26.623.517,01

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2021.

2.4. DESPESAS POR FUNÇÃO

As despesas por função refletem, de certa forma, as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Dessa maneira, a análise



é útil para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade.

As funções cujas despesas são mais representativas são em ordem decrescente: saúde (26,19%), educação (19,87%), urbanismo (16,56%), transporte (10,82%) e administração (10,59%). As outras funções possuem menos de 10% de representatividade no total das despesas.

Tabela 10 – Despesas municipais por função.

Discriminação	Em Reais	Participação %
	2020	2020
Legislativa	0,00	0,00%
Administração	3.874.736,40	10,59%
Segurança Pública	0,00	0,00%
Assistência Social	2.180.860,60	5,96%
Previdência Social	50.753,58	0,14%
Saúde	9.579.659,61	26,19%
Educação	7.269.579,13	19,87%
Cultura	433.097,63	1,18%
Urbanismo	6.057.651,44	16,56%
Habitação	62.537,57	0,17%
Saneamento	0,00	0,00%
Gestão Ambiental	1.085.292,77	2,97%
Agricultura	685.236,31	1,87%
Indústrias	48.899,62	0,13%
Comércios e Serviços	0,00	0,00%
Comunicação	0,00	0,00%
Transporte	3.959.238,30	10,82%
Deporto e Lazer	436.314,50	1,19%
Encargos Especiais	858.547,37	2,35%
Despesas por Função	36.582.404,83	100,00%

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

Os gastos com o legislativo, segurança pública, previdência social, habitação, saneamento, indústria, comércio e serviços, e comunicação, se comparados com outras funções, são inexpressivos pela sua representatividade na economia local.

Nesse sentido, deverão ser discutidos propostas e projetos que possam distribuir mais racionalmente os gastos públicos que venham de encontro com os anseios da comunidade, pois as áreas que não apresentaram nenhum gasto público dentro do período analisado ou apresentaram um gasto muito baixo, tratam-se de áreas importantes para a promoção do desenvolvimento local.

- Evolução da Despesa Orçamentária em relação à Receita Orçamentária



As receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira.

Nova Laranjeiras apresentou, no período de análise, um equilíbrio orçamentário onde as despesas totais foram inferiores a receita orçamentária total.

Tabela 11 – Despesa e Receita (Valores em R\$).

Ano	Despesa Total (A)	Receita Total (B)	(A: B). 100
2020	36.582.404,83	40.892.106,86	0,894

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

2.5. INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS

A gestão municipal é influenciada pela causalidade (causa e efeito), pelo modelo de expectativas racionais e pelo equilíbrio de mercado. Isto exige uma planificação orientada, onde a avaliação dos benefícios, da utilidade e da efetividade alocativa, traduz a dicotomia existente nos processos decisórios entre as prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo. O atendimento concreto das necessidades coletivas, pelas pessoas jurídicas do setor público, pelos seus agentes e órgãos, considera a administração pública no sentido objetivo (MENDES, 2008).

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar o patrimônio público.

- Indicador de Esforço Tributário

Para análise do Indicador do Esforço Tributário, a relação entre a Receita Tributária (R\$ 3.426.911,74) com a população 11.462 habitantes (estimativa do IBGE para 2020), mostra que o ano de 2020, em valores nominais, foi o que apresentou um resultado onde cada pessoa que compõe a população de Nova Laranjeiras contribuiu com R\$ 298,98 per capita com a Receita Tributária Municipal.

Isto evidencia a necessidade de novas ações de política fiscal por parte do Executivo, como atualizações no Código Tributário municipal para evitar dificuldades de caixa.



Tabela 12 – Indicador de Esforço Tributário (Valores em R\$).

Ano	Receita Tributária (A)	População (B)	Indicador (A: B)
2020	3.426.911,74	11.462	298,98

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador de Dependência

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das Receitas Transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas (Transferência de Receita Corrente + Transferência de Capital = R\$69.365.525,85) e Despesas Totais (R\$65.227.400,00). Quanto mais próximo de “1” der o resultado do indicador (0,94), maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

Em função da arrecadação relativamente baixa das Receitas Tributárias, o Município apresenta dependência das Receitas Transferidas para manter suas despesas, comprometendo os limites dos recursos disponibilizados. Este resultado demonstra que o Município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, fazendo também adoção de políticas de crescimento e estratégias de desenvolvimento, para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos governamentais.

Tabela 13 – Indicador de Dependência (Valores em R\$).

Ano	Receita Transferida ⁴	Despesa Total (B)	Indicador (A: B)
2020	33.999.786,81	36.582.404,83	92,94

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador de Financiamento dos Gastos

Esse estudo mostra a relação entre Despesa Corrente e Receita Tributária, ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da estrutura administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.



O Município de Nova Laranjeiras está na dependência de um considerável esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente à Despesa Corrente. O comportamento da arrecadação própria (tributária) apresenta indicadores que comprovam a dependência dos recursos de transferência. Na relação Despesa Corrente (R\$ 26.623.517,01) e Receita Tributária (R\$ 3.426.911,74), o esforço da Receita Tributária para fazer frente à Despesa Corrente e investimentos de capital obteve o índice de 7,76.

A participação da Receita Tributária ainda é muito pequena em relação à Despesa Corrente. Com isto fica evidente a adoção de ajuste na política tributária municipal no sentido de criar estímulos de arrecadação que possam suprir e/ou amenizar as dificuldades de caixa no Município.

Tabela 14 – Indicador de Financiamentos dos Gastos (Valores em R\$).

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2020	26.623.517,01	3.426.911,74	7,76

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador de Poupança

Com receitas municipais próprias arrecadadas, o Município terá deduções de despesas, a diferença poderá ser utilizada para investimento de capital. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receita Corrente R\$ (R\$ 35.604.558,84) e Despesa Corrente (R\$ 26.623.517,01) no ano de 2020, que foi de R\$ 8.981.041,83, e o Indicador foi calculado a partir da razão entre a Receita Corrente e Despesa Corrente.

Este indicador reflete o esforço da administração em relação à saúde financeira do Município. O Indicador de Poupança foi de 1,337 no exercício de 2020. A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

Tabela 15 – Indicador de Poupança (Valores em R\$).

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A: B)
2020	35.604.558,84	26.623.517,01	8.981.041,83	1,337

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

- Indicador Capacidade de Investimento



A Capacidade de Investimento do Município é calculada através da diferença entre Receita Efetiva e Despesa Corrente + Amortizações. Seu indicador é definido pelo percentual obtido do quociente da Capacidade de Investimento pela Receita Efetiva.

Com isso, o Município poderá investir 17,44% (R\$ 5.686.057,77) das receitas, se considerado como base o ano de 2020. No ano em questão a Despesa Corrente + Amortização foi de R\$ 26.915.258,92.

Em relação à Receita Efetiva, ocorre em todos os anos uma poupança interna, porém, para viabilizar novos investimentos há necessidade de precaução nos gastos correntes do Município, desde o início do exercício para evitar descontroles ao longo do ano, notadamente no 2º semestre onde as dificuldades de manter o equilíbrio orçamentário são maiores em função da queda natural da arrecadação, principalmente nos Municípios menores e mais dependentes das transferências intergovernamentais.

Tabela 16 – Tributos Municipais na Receita Corrente (Valores em R\$).

Ano	Receita Total	Receita ⁵ Efetiva	Despesa Corrente	Amortização	Despesa Corrente + Amortização	Capacidade de Investimento	Cap. de Inv. (%) ⁶
2020	40.892.106,86	32.601.316,69	26.623.517,01	291.741,91	26.915.258,92	5.686.057,77	17,44

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES

Os Conselhos Municipais são mecanismos de interlocução permanente entre Governo e Sociedade Civil, que vêm ampliando e aperfeiçoando sua atuação, auxiliando a administração no planejamento, orientação, fiscalização e julgamento nas questões relativas a cada área temática.

Desta forma o município de Nova Laranjeiras apresenta atualmente uma estrutura composta de 19 Conselhos, sendo:

5 Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

6 Cap. Inv. % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva x 100



Tabela 7 – Conselhos Municipais em Nova Laranjeiras.

CONSELHO	LEI	Atuante
Conselho Tutelar	155/1996	Sim
Conselho Municipal de Empregos e Relações do Trabalho	141/1995	Não
Conselho Municipal de Assistência Social	119/1995	Sim
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	153/1996	Sim
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	190/1997	Sim
Conselho de Alimentação Escolar	251/2000	Sim
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima	264/2001	
Conselho Municipal de Turismo	289/2001	Não
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	304/2002	
Conselho Comunitário de Segurança	ONG	Não
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB	507/2007	Sim
Conselho Municipal de Habitação	509/2007	Não
Conselho Municipal de Educação	644/2009	Sim
Conselho Municipal de Saúde	697/2009	Sim
Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social – FHIS	757/2010	Não
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA	793/2011	
Conselho de Desenvolvimento Urbano	802/2011	Não
Conselho Municipal da Cidade	943/2013	Não
Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade - CMTTM	1016/2014	Não

Fonte: Prefeitura Municipal, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2022.

Dentre os conselhos listados podemos classificá-los com envolvimento direto ou indireto ao desenvolvimento urbano. Tal classificação não implica na importância ou não dos demais, afinal todos são fundamentais ao desenvolvimento da cidade. Entretanto, neste momento se faz necessário à análise e avaliação das atribuições, composição e funcionamento dos mesmos para entender como ocorre a participação popular e como está a eficácia dos mesmos. Com isso a classificação fica:

- **Envolvimento direto:** Conselho Municipal da Cidade, Conselho de Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade.
- **Envolvimento indireto:** Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Saúde, e Conselho Municipal de Turismo.

Dado o cenário de atuação direta no desenvolvimento urbano, objetiva-se uma análise sobre cada um destes conselhos.

O Conselho Municipal da Cidade foi regulamentado pela Lei nº 943 de 29 de maio de 2013 e se organiza segundo critérios de representação territorial e setorial e



de caráter não paritário, ou seja, com 3 representantes do poder público e 5 representantes da sociedade civil organizada.

4. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A análise temática integrada possui como objetivo apresentar de forma sintética as principais questões relacionadas à revisão do Plano Diretor Municipal, com base nos temas elencados, destacando assim, os assuntos mais relevantes.

Dessa forma, corresponde à compatibilização das leituras técnica e comunitária realizadas durante o processo de elaboração do presente diagnóstico, sendo a primeira, resultado da análise das informações apuradas no processo, com a colaboração da equipe técnica municipal e a segunda, resultante do processo participativo para esta fase, estabelecido por meio da realização de reuniões técnicas com representantes da equipe técnica municipal, bem como pela população em geral por meio de audiência pública.

Com as análises comparativas feitas com informações do Plano Diretor vigente, pode-se perceber melhora nas condições da maioria dos assuntos tratados, isso se dá devido à organização da gestão e do aumento da população, que resulta em maior quantidade de pessoas gerando renda para o Município.

Este diagnóstico embasará a elaboração da próxima fase da revisão do Plano Diretor Municipal de Nova Laranjeiras, cujo tema é Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, que servirá de base para a revisão da legislação municipal e do Plano de Ação e Investimentos (PAI), feito na 4ª Fase.

A seguir são apresentadas tabelas indicando as principais potencialidades e deficiências de cada setor trabalhado nesta fase da Revisão do Plano Diretor.

- Infraestrutura:

Pontos negativos/deficiências
Calçadas não executadas em algumas vias
Áreas críticas de desabastecimento nas zonas rurais devido ao baixo número de poços e redes de distribuição existentes nas comunidades
Não há atualmente galpão de separação do lixo reciclável ou associação de catadores no município, ou mesmo programas de coleta seletiva
Ausência do Plano Municipal de Destinação dos Resíduos Sólidos.
Deficiências na rede de drenagem das vias não pavimentadas e estradas rurais
Falta de rede de iluminação pública na zona rural



Pontos positivos/potencialidades
90% das vias pavimentadas e em bom estado de conservação
Serviço de distribuição de água operado pela SANEPAR
Rede coletora de esgoto com 23.233 metros de extensão.
85% das vias com rede de drenagem urbana

- Saúde:

Pontos positivos/potencialidades
Hospital Municipal e USF atendem à demanda municipal

- Educação:

Pontos negativos/deficiências
Poucos profissionais habilitados nas instituições, o que dificulta os cuidados e atendimento com os alunos portadores de necessidades especiais
Poucos materiais pedagógicos adaptados para intermediar o processo de aprendizagem
Nem todas as escolas tem estrutura física adaptada para receber os alunos com dificuldades para locomoção
Não existe no município programa específico de erradicação do trabalho infantil
Diminuição gradativa do número de alunos
Necessidade de multisseriação, e por consequência baixo rendimento
Falta de estrutura física para implantação da escola em tempo integral
Falta de estímulo aos estudantes, apoio e comprometimento por parte da família
Adaptações às mídias digitais
Dedicação por parte de uma minoria de profissionais
Pontos positivos/potencialidades
Equipamentos de educação atendem à demanda do município
Oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA Fase I
Em parceria com a Secretaria de Assistência Social, estão sendo ofertados cursos no contra turno, dentro das escolas municipais, buscando atender as crianças com maior vulnerabilidade social.
Relação de número de alunos por turma e por professor está de acordo com as normas estabelecidas pelo ministério da educação

- Esporte, Cultura e Turismo:

Pontos negativos/deficiências
Campos de Futebol 7 Xagu e Assentamento Estrela, que não possuem instalações sanitárias
Necessidade de implantação de campo de futebol 7 no Xagu 2 e no Rio da Prata
Necessidade de construção de um Centro Cultural para o município
Pontos positivos/potencialidades
A maioria dos equipamentos apresentam condições mínimas quanto às questões de acessibilidade universal
Capacidade de suporte para atender a demanda está satisfatória, e há a previsão de implantação de novos equipamentos
Várias ações e programas desenvolvidos pelo departamento de esportes
Escolinhas de futsal na zona rural
Vários eventos realizados no setor de cultura



- Assistência Social:

Pontos positivos/potencialidades
Bom desempenho do CRAS e do SCFV
Proteção Social Básica
Muitas ofertas de programas, serviços e projetos
Possui Centro de Convivência para Idosos com diversas atividades

- Cemitérios e serviços funerários:

Pontos positivos/potencialidades
O Município possui 1 cemitério na área urbana e 19 na área rural
Há uma empresa que presta serviços funerários e uma capela mortuária

- Segurança pública:

Pontos negativos/deficiências
Viatura com problemas mecânicos recorrentes
Necessidade de duas viaturas, uma com tração 4x4, para atender a área rural
Pontos positivos/potencialidades
Patrulha na zona rural é realizada diariamente
Há cadastramento das áreas de risco

- Mobilidade, circulação e transportes:

Pontos negativos/deficiências
Necessidade de implantação de ciclovias
Sistema viário precisa ser reestruturado
Calçadas sem padronização
Necessidade de readequação da sinalização viária, sentido e perfil das vias urbanas e rurais
Estacionamentos não regularizados
Algumas vias urbanas e rurais não estão pavimentadas
Árvores obstruindo passagens de pedestres pelas calçadas
Necessidade de organização do trânsito
Pontos positivos/potencialidades
Maior parte das vias urbanas são pavimentadas

- Geração de Renda e Emprego:

Pontos negativos/deficiências
Ausência de parque ou zona industrial implantada
Pontos positivos/potencialidades
Destaque na produção de soja, milho, laranja e uva
Destaque na produção de galináceos e leite

- Meio ambiente:



Pontos negativos/deficiências
Não há indicadores para as questões ambientais
Queimadas, deposição de resíduos em locais impróprios e poluição de corpos de água
Rompimento de calçadas e muros, contato com a rede elétrica e riscos de queda em decorrência da arborização
Pontos positivos/potencialidades
O Município conta com um Plano de Arborização Urbana
Programas desenvolvidos pelo departamento de meio ambiente são as proteções de fontes e nascentes de água, a doação de mudas de árvores nativas para recuperação de áreas degradadas e matas ciliares
Palestras de educação ambiental em escolas e para comunidade em geral
Cadastros das Unidades de conservação: ATI Rio das Cobras, RPPN Corredor Iguaçu I e Estação Ecológica Zafalon
Área do Lago Municipal, com infraestrutura em bom estado, sendo uma área bem localizada e utilizada pela população

- Tributação e Cadastro:

Pontos negativos/deficiências
Estrutura existente não atende à demanda fiscal
Necessidade de fiscais a campo e servidores
Legislação tributária desatualizada
Necessidade de atualização da planta genérica de valores
Necessidade de recadastramento imobiliário
Pontos positivos/potencialidades
O setor possui bons equipamentos e sistema de informática

5. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A partir do exposto, os objetivos para o desenvolvimento municipal foram elencados com base na análise temática dos fatores determinantes do Município – suas características, deficiências e potencialidades – e serão norteados por diretrizes com vistas a direcionar ações estratégicas a serem efetivadas para o desenvolvimento municipal. Estas diretrizes, por sua vez, são tema do próximo produto.

Desse modo, têm-se os seguintes objetivos:

- Promover a garantia da qualidade ambiental por meio de ações voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais, bem como a sua conservação, preservação e recuperação, principalmente em áreas de fragilidade ambiental, propiciando melhoria na qualidade de vida da população e do meio ambiente;
- Promover o planejamento municipal, por meio da disciplina do parcelamento



do solo urbano, do uso e da ocupação do solo urbano e municipal, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, da gestão orçamentária participativa, de planos, programas e projetos setoriais e planos de desenvolvimento econômico e social;

- Promover a compatibilização das necessidades sociais, com benefícios à população, relacionadas ao uso e ocupação do solo com a capacidade de suporte do território municipal, considerando especialmente as especificidades locais;
- Propiciar a mobilidade municipal de forma sustentável, envolvendo a implementação e melhoria nas ações do sistema viário, de modo a garantir a acessibilidade universal, incentivo a modais alternativos ao uso de veículos (transporte coletivo, bicicletas, entre outros), o escoamento da safra de forma segura e eficiente, garantindo a movimentação de bens de consumo e pessoas;
- Promover a oferta de infraestrutura e serviços públicos como saneamento básico, saúde, educação, lazer, entre outros, de modo a criar vínculos entre eles e beneficiando seu desenvolvimento;
- Propiciar o fomento das atividades turísticas no Município, com respectiva estruturação e incentivo a instituições relacionadas ao tema;
- Promover o crescimento sustentável das atividades econômicas e outros indicadores econômicos, que conseqüentemente, proporcionarão melhoria na qualidade de vida municipal;
- Promover a gestão institucional de forma eficiente, onde se tenha como foco o planejamento e gestão municipal com gestão democrática permanente;
- Garantir alimento a todos, propiciando maior nutrição da população, promover a agricultura sustentável e acabar com a pobreza em todas as formas;
- Garantir a educação inclusiva e de qualidade, a fim de dar oportunidades de aprendizagem para todos;
- Propiciar acesso à energia para todos de forma confiável, econômica e moderna
- Assegurar emprego e trabalho decente para todos, promovendo o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável;
- Propiciar segurança e acesso à justiça, tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica**. Disponível em: <<http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/#>> Acesso em: nov. 2021.

IAPAR. **Instituto Agrônomo do Paraná**. Disponível em: <<http://www.iapar.br/pagina-677.html>>. Acesso em: mai. 2021

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Cartografia Hidrogeológica**. Disponível em: <<https://cprm.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=e1503e4e2617415fa63b69df1d5212d5>>. Acesso em: nov. 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades | Paraná | Nova Laranjeiras | Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/novalaranjeiras/panorama>> Acesso em: nov. 2021.

IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico – Município de Nova Laranjeiras**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85478>> Acesso em: nov. 2021.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil – Nova Laranjeiras, PR**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/novalaranjeiras_pr> Acesso em: nov. 2021.

Prefeitura de Nova Laranjeiras. Disponível em: <<https://www.novalaranjeiras.pr.gov.br/>> Acesso em: nov. 2021.

Portal da Transparência. Prefeitura de Nova Laranjeiras. Disponível em: <<http://transparenciaparana.net.br/pmnl>> Acesso em: nov. 2021.



Cidade-Brasil. **Nova Laranjeiras – Informações sobre o Município e a Prefeitura.**

Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-novalaranjeiras.html>>

Acesso em: nov. 2021.

Paraná Turismo. **Nova Laranjeiras.** Disponível em:

<<https://www.paranaturismo.com.br/novalaranjeiras/>> Acesso em: nov. 2021.

TheCities. **Nova Laranjeiras.** Disponível em:

<<https://www.thecities.com.br/Brasil/Paran%C3%A1/novalaranjeiras/>> Acesso em:

nov. 2021.

SANEPAR. **A Sanepar – Perfil.** Disponível em: <[http://site.sanepar.com.br/a-](http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/perfil)

[sanepar/perfil](http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/perfil)> Acesso em: nov. 2021

SIDRA IBGE – **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>> Acesso em: nov. 2021

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 - Paraná.** Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=41#topo_piramide>

Acesso em: nov. 2021.

Educa Mais Brasil. **Escolas em Nova Laranjeiras - PR.** Disponível em:

<<https://www.educamaisbrasil.com.br/escolas/parana/novalaranjeiras/centro>>

Acesso em: nov. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Cidade.** Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: nov.

2021.

BRASIL. **Reurb.** Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm> Acesso

em: nov. 2021.



BRASIL. **Parcelamento do Solo Urbano**. Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm> Acesso em: nov. 2021.

BRASIL. **Lei do Saneamento Básico**. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em: nov. 2021.

Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras. Solicitação de Dados para o Plano Diretor Municipal. Empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades LTDA – ME. Nova Laranjeiras, 2021.

Lei Orgânica do Município: <<https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-nova-laranjeiras-pr>>.

Lei do Plano Diretor: LEI Nº 797, DE 14/06/2011
<<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-nova-laranjeiras-pr>>.

PPA: LEI Nº 1154, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017
<<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/n/nova-laranjeiras/lei-ordinaria/2017/116/1154/lei-ordinaria-n-1154-2017-institui-o-plano-plurianual-para-o-quadrenio-2018-2021?q=plurianual>>.

LDO: LEI Nº 1.307, DE 28 DE JUNHO DE 2021.
<<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/n/nova-laranjeiras/lei-ordinaria/2021/131/1307/lei-ordinaria-n-1307-2021-dispoe-sobre-as-diretrizes-para-elaboracao-do-orcamento-do-municipio-de-nova-laranjeiras-para-o-exercicio-financeiro-de-2022-e-da-outras-providencias?q=Diretrizes>>.

Lei do Parcelamento: LEI Nº 800, DE 14/06/2011
<<https://leismunicipais.com.br/a1/parcelamento-do-solo-nova-laranjeiras-pr>>.

Lei do uso e ocupação do solo: Lei Complementar 799/2011
<<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/210/documento/1889>>.



Lei do sistema viário: Lei Complementar 801/2011
<<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/210/documento/1888>>.

Lei da estrutura administrativa (e como se encontra hoje): LEI Nº 971, DE 18/11/2013
<<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/n/nova-laranjeiras/lei-ordinaria/2013/98/971/lei-ordinaria-n-971-2013-altera-a-estrutura-administrativa-do-municipio-de-nova-laranjeiras-e-da-outras-providencias?q=971>>.

Última alteração na Lei do Perímetro Urbano: Lei 1191/2018
<<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/210/documento/5207>>.